

# humanitas

**Vol. XLIII-XLIV**

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

---

# HUMANITAS

VOLS. XLIII-XLIV

HUMANISMO PORTUGUÊS  
NA ÉPOCA DOS DESCOBRIMENTOS

CONGRESSO INTERNACIONAL  
(Coimbra, 9 a 12 de Outubro de 1991)

## ACTAS



COIMBRA

MCMXCI - MCMXCII

## ANTÓNIO DE CABEDO: A CARA E A COROA

CARLOS ANTÓNIO KALIL TANNUS

Entre os numerosos Humanistas que escreveram em latim para exaltar os feitos portugueses pelo tempo dos descobrimentos e, ainda bem depois, encontra-se António de Cabedo.

Personalidade interessante, como podemos deduzir de sua pequena obra, António era irmão de Miguel de Cabedo e sobrinho de D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Safim e, depois, de Viseu, e um dos mais ilustres representantes da intelectualidade no tempo de D. João III. António nasceu em Setúbal por volta de 1530, estudou nos Colégios da Guiena e de Santa Bárbara, na França, bacharelou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra, recebeu ordens menores e maiores, e se tornou prior do Salvador da Trofa do Vouga, graças a um cunhado da família de Lemos, senhor da mesma Trofa. Deve ter falecido ainda jovem, ao que conjecturamos, entre 1554 e 1557, provavelmente na mesma cidade.

Cabedo foi sem dúvida um bom Humanista, haja vista sua obra, escrita em excelente latim, elogiada no século XVIII por Barbosa Machado e pelo padre oratoriano Manuel Monteiro. Se mais tivesse vivido, ter-nos-ia certamente legado uma produção de primeira água, além de vasta.

Ao ler-lhe a poesia, fica-nos a impressão de um jovem melancólico, para quem a vida já é pesada e triste, talvez por causa de alguma doença grave. É isto, com efeito, o que se pode deduzir do poema "Ad prosperam ualetudinem", de seus muitos epitáfios, epicédios e prantos, dedicados ao pai, aos irmãos, especialmente ao irmão mais velho, Manuel, que fora para ele como um pai; ao príncipe D. João, filho de D. João III e pai de D. Sebastião, a D. Pedro de Menezes e ao sobrinho deste, o jovem D. António de Noronha, bem como aos soldados portugueses mortos em Ceuta, numa investida contra os mouros em 1553.

Ouçamo-lo um pouco, a prantear o pai e os irmãos falecidos:

*Sancta mihi tellus, tumuloque sacratior omni,  
exoptata domus ossibus una meis.*

.....  
*Ergo age, rumpe moras, meque excipe, redde parenti  
haec mea, redde etiam fratribus ossa meis.*

*O quam grata quies, o quam iucunda uoluptas,  
cum sibi cara idem continet ossa lapis!*

Terra para mim santa, mais sagrada que qualquer  
túmulo, única morada desejada para os meus ossos.

.....  
Vamos, pois, cessa de demorar e leva-me, devolve a  
meu pai estes meus ossos, entrega-os também a meus  
irmãos. Oh, que grato repouso, oh, que feliz volúpia,  
quando a mesma pedra encerra os ossos queridos

*In lucro est periisse, errat qui uiuere uitam  
aestimat; est ipsis uita carere malis.*

É lucro morrer; erra quem estima viver a vida; vida é  
carecer desses males mesmos.

E ainda:

*Hic pater, hic teneris raptus Custodius annis,  
hic etiam frater conditur Emmanuel.*

*Supremos cum grata mihi mors finiet annos,  
accipiat cineres haec quoque terra meos.*

Aqui jaz meu pai, aqui jaz o Guardião roubado aos  
meus tenros anos. Aqui jaz também meu irmão Manuel.  
Quando a morte, que me é grata, terminar meus derradeiros  
anos, esta terra receberá também as minhas cinzas.

Homem de seu tempo, entretanto, Cabedo se faz cantor das qualidades que o Renascimento humanístico aprecia. Assim, vê ele no príncipe D. João o jovem culto, amante das letras, virtuoso, corajoso e sábio, sempre para além de sua idade, segundo os tópoi do "puer Cato". O mesmo se pode dizer de sua descrição de

D. António de Noronha, também ele jovem e de uma das mais importantes famílias do reino, bem como da de D. Pedro de Menezes, capitão de Ceuta, aí morto com o sobrinho. Todos, finalmente, encarnam à perfeição o ideal do nobre renascentista, por isso que, além de nobres por sua origem, são-no também por suas qualidades pessoais.

Na poesia de Cabedo, encontramos em abundância os temas mais caros aos humanistas, como o gosto de traçar paralelo entre os modernos e os antigos, com grande vantagem para os primeiros; a denúncia de que a ambição e a cobiça perderam sempre os homens, desterrando-os da Idade do Ouro para a do Ferro; a crítica à soberba que leva à desmedida; a crítica ao luxo do ócio; a exaltação do desejo de conhecer e – característica peculiar do humanismo português – a ideia da legitimidade das guerras de conquista para a propagação da fé, defendida mesmo por um Damião de Góis e um André de Resende, amigos e admiradores de Erasmo.

Entretanto, António de Cabedo não foge de sua classe de origem, a nobreza, nem tampouco de seus ideais guerreiros. Assim é que, nos dois epicédios acima referidos e no poema "Labor omnia uincit" encontrá-lo-emos a defender a permanência dos portugueses na África, preferentemente – se for necessário escolher – à manutenção do Oriente e, mesmo, do Brasil.

*Interea, .....*  
*Sanguine quaesitas uestro defendite terras.*  
*Quod si prisca luunt olim delicta minores*  
*Maiorum, immeritosque premunt aliena nepotes*  
*Crimina, sunt, superi nobis, sunt oppida mille*  
*Capta manu; sunt Eoo sub cardine, quamquam*  
*Ipsa etiam multo sudore et sanguine parta*  
*Moenia; sunt inuenta nouo modo regna sub orbe,*  
*Regna armis opibusque uirum florentia. Cuncta haec*  
*Tollite, Lysiadas tanto de culmine quando*  
*Deicere est animus; liceat retinere potentis*  
*Imperium Libyae nobis et claustra tueri*  
*Hesperiae; liceat (nihil ultra oramus) auita*  
*Herculis oppositis defendere tecta columnis.*

Entretanto,.....  
 Defendei as terras conquistadas com vosso sangue. E, se os descendentes pagam, um dia, os pecados antigos de seus antepassados e se os erros alheios oprimem os descendentes inocentes, temos, ó deuses, temos mil cidades, tomadas por nossa mão; temos fortalezas, no lado oriental, embora elas próprias conquistadas, também, com muito suor e sangue; temos reinos descobertos há pouco num Mundo Novo, reinos florentes em armas e em abundância de homens. Suprimi tudo isso, visto que é vossa vontade derrubar os Lusíadas de alturas tão grandes. Que nos seja permitido conservar o império da poderosa Líbia e velar pelas portas da Hespéria; seja-nos permitido – nada mais vos pedimos – defender as moradas de nossos avós em face das Colunas de Hércules.

A história da presença portuguesa na África começa em 1415 pela conquista de Ceuta por D. João I, com o fito de atrair para longe do Reino uma nobreza ainda inquieta e de empreender uma cruzada contra o Islã, sobretudo contra os Turcos. Foi, entretanto, somente em 1437, no reinado de D. Duarte, que se veio a investir contra outra cidade africana, Tânger, conquistada afectivamente apenas no reinado de D. Afonso V, após a tomada de Arzila. A par destas conquistas, prosseguiram sob D. João II as buscas de um caminho marítimo para as Índias, o que veio, finalmente, a ocorrer – quase junto com o descobrimento do Brasil – sob D. Manuel. Além dessas buscas no Atlântico, o rei não abandonou o projecto africano, assaltando e ocupando, em 1505, Santa Cruz do Cabo da Gué; em 1506, Mogador; em 1508, Safim e, em 1513 e 1514 Azamor e Mazagão, respectivamente, proporcionando, assim, à nobreza diversas oportunidades de realizar feitos guerreiros bem próximo de casa.

A conquista dessas praças africanas não aproveitou muito a Portugal, visto que não conseguia dominar as rotas do ouro, da seda e das especiarias, pois os mouros as mudavam logo que os portugueses vinham a descobri-las; nem se lograva tirar dessas praças qualquer proveito agrícola, já que as escaramuças entre cristãos e mouros eram constantes e que, ao contrário, fazia-se muitas vezes necessário supri-las para que pudessem resistir às investidas do inimigo.

Sob D. João III, agravou-se, a cada dia, o custo da manutenção das praças africanas e acaloraram-se as disputas palacianas sobre conservá-las ou não. Com efeito, o rei vinha consumindo enormes somas de dinheiro para as manter, o que

debilitou de tal forma o erário que, segundo se pensa, a Infanta D. Maria, meia-irmã do rei, não conseguia casar-se porque não havia como pagar o que lhe fora deixado por sua mãe, D. Leonor, a terceira mulher de D. Manuel, para dote.

Testemunhos de quanto este problema dos lugares de África absorviam a atenção da Corte, podemos encontrá-los, por exemplo, nos *Ditos Portugueses Dignos de Memória*, sempre, neste caso, com alguma ironia:

"Chamando el-rei a conselho e começando nele a tratar as razões que os seus conselheiros lhe davam para largar alguns lugares de África, o Conde [D. João Coutinho, Conde de Redondo e Capitão de Arzila] que também fora chamado, depois que o ouviu, começou de se sorrir. E el-rei perguntando-lhe de que se ria, respondeu-lhe o Conde:

– Senhor: lembrou-me uma cousa de Alexandre Magno que lhe atribuem a grande liberalidade e por isso me ri. E foi que, pedindo-lhe um homem pobre casamento para uma filha, lhe deu uma cidade e eu vejo que Vossa Alteza é muito mais liberal que ele, pois quer dar cidades sem ninguém lhas pedir."

Ou ainda, numa alusão ao aumento do poder dos mouros no estreito de Gibraltar e ao perigo de uma nova invasão moura em Portugal:

"Depois que o Conde [o mesmo] viu que em África se largaram algumas cidades, disse:

– Medo hei que daqui avante seja necessário com uma caravela de carvão irem quatro de armada e que inda venha tempo que se ganhem as comendas no Algarve!"

Vemos já desde 1529 duas facções em luta para influir na decisão do rei. A primeira, favorável ao abandono, era liderada pelo tesoureiro-mor, Fernão de Álvares de Andrade, e a segunda, a que pregava a permanência, era composta por uma larga fatia da nobreza militar e mesmo palaciana que nisso via a vantagem de poderem-se, os que estavam arruinados, recuperar financeiramente com a guerra de pilhagem, além, evidentemente, de ter a nobreza um lugar próximo onde pudesse conquistar comendas, sem para isso ter de aventurar-se tão longe quanto eram as índias e o Brasil.

É neste grupo que iremos encontrar António de Cabedo a defender, como já vimos, no "Epicédio aos Soldados Portugueses em Ceuta", a manutenção a qualquer custo das praças africanas, como o fará mais tarde Camões no episódio do Velho do Restelo, em que deixa ver sua opinião de fidalgo contrastando com a sua visão de humanista. De todo modo, o ponto de vista de ambos será o mesmo: abandonar o Oriente para poder fixar-se em África.

*Não tens junto contigo o Ismaelita,  
Com quem sempre terás guerras sobejas?  
Não segue ele do Arábio a lei maldita,  
Se tu pela de Cristo só pelejas?  
Não tem cidades mil, terra infinita,  
Se terras e riqueza mais desejas?  
Não é ele por armas esforçado,  
Se queres por vitórias ser louvado?*

*Deixas criar às portas o inimigo,  
Por ires buscar outro de tão longe,  
Por quem se despovoe o reino antigo,  
Se enfraqueça e se vá deitando a longe;  
Buscas o incerto e incógnito perigo  
Porque a fama te exalte e te lisonje,  
Chamando-te senhor, com larga cópia,  
Da Índia, Pérsia, Arábia, e de Etiópia.*

Esta obsessão com o problema africano que exigia sempre mais em dinheiro, homens e armas deve ter contribuído em muito para o retardamento do processo civilizatório do Brasil que, se desde a década de 30 tinha sido dividido em capitânias hereditárias, somente a partir de 1549 veio a ter um Governador-Geral e uma política administrativa eficiente, quando D. João III, informado por alguns donatários sobre o perigo que os franceses representavam, para lá enviou Tomé de Sousa.

Favorável, pois, à permanência dos portugueses na África, Cabedo, em ambos os epicédios e também no "Labor omnia uincit", não cessa de lembrar os feitos pátrios na conquista da Índia e das cidades africanas, lamentando, sempre, que um tão grande império esteja sendo abandonado, como ele mesmo o diz, por causa de equívocos, de erros e de maus conselhos. Falando ao príncipe, diz-lhe:

*.....quoties sine Marte, sine ullo  
Sanguine, quaesitas tantis sudoribus olim  
Barbarus intrasset (Lusi, proh, dedecus!) arces?  
Nempe tibi, Antaei memorat quae longa uetustas,  
Moenia Lysiades debent, errore malisque  
Prodita consiliis. ....*

Mas quantas vezes, sem guerra, sem sangue algum, o bárbaro entraria – oh! vergonha de Luso – as fortalezas conquistadas, um dia, com tantos suores? Para ti têm os Lusíadas a obrigação de conservar estas muralhas que a longa velhice de Anteu faz recordar, entregues por erro e maus conselhos.

Não se pode deixar de observar que, na poesia de Cabedo, como mais tarde em Camões, a história de Portugal é reduzida à narração dos feitos guerreiros: a expulsão dos godos e dos mouros, a conquista das Índias e das praças africanas. O poeta lamenta o príncipe morto e a África perdida:

.....*Oh, si tibi fata parentis  
Donassente aequare dies, non Africa nostris  
Laetata exuuiis, pia Lusi impune tulisset  
Signa diu ratibusque obsessam barbarus Ormum  
Turca olim toto lueret deiectus Eoo.*

.....Oh, se os destinos te houvessem concedido iguares os dias de teu pai, a África, sem se alegrar com os nossos despojos, teria deixado por muito tempo impunes as piedosas insígnias de Luso, e o Turco bárbaro, derrubado em todo o Oriente, pagaria um dia o resgate de Ormuz, sitiada pelas nossas naus.

No poema "Labor omnia uincit" Cabedo compara a situação dos portugueses ao deixar as praças africanas com a de Roma que, após ter vencido e subjogado o mundo, é dominada quase sem esforço pelos bárbaros. A razão disto é o enfraquecimento dos ânimos, pelos luxos do ócio e pela indolência. Após lamentar a perda das praças africanas, aponta a razão disso, fazendo-se eco de si mesmo, pois assim trata a matéria também nos dois epicédios.

*Sit satis, o Superi, quod tot decora alta, tot olim  
Lusitanorum regumque ducumque labores,  
Tot partas urbes ueterum sudore, tot annos  
Defensum imperium Libyae, tantoque cruore  
Quaesitas Antaei arces, nunc Marte sine ullo  
Possidet imbellis (proh Lusi dedecus!) hostis.*

Basta, ó deuses, que tantas altas honras, tantos sofrimentos outrora de reis e chefes dos lusitanos, tantas cidades conquistadas com o suor dos antigos, o império da Líbia por tantos anos negado e as cidades de Anteu conquistadas à custa de tão nobre sangue, basta que agora o inimigo imbele as possui – oh! vergonha de Luso –, sem guerra (Marte) alguma.

Segundo ele, a Índia tinha dominado com suas seduções seu vencedor português, colocando-lhe ao pescoço correntes douradas.

..... *Atque*  
*Nexuit auratis dominorum colla catenis.*

Estes protestos, na pena de um contemporâneo, não impedem que D. João III, atendendo finalmente a seu tesoureiro-mor e a nobres de sua intimidade acabasse por abandonar, a partir da perda de Santa Cruz do Cabo da Gué, cercada pelos mouros em 1541, ainda no mesmo ano, Safim e Azamor e, alguns anos mais tarde, em 1550, Arzila e Alcácer Ceguer. Permanecem ainda sob domínio português Ceuta, Tânger e Mazagão.

Começara o declínio do sonho português na África, mas quase ao mesmo tempo e graças a isso, a intensificar-se o processo de colonização do Brasil, que em menos de um século terá sua identidade bastante bem estruturada.

António de Cabedo antecipa, em sua poesia, o misto de humanista e guerreiro que iremos encontrar duas décadas depois em Luís de Camões. Cabedo é, assim, um legítimo representante da especificidade do humanismo português: humanista e conquistador.

## OBRAS CONSULTADAS

- CAMÕES, Luís de. *Obra completa*. Org., introdução, comentários e anotações do Prof. António Salgado Júnior. Rio de Janeiro, Aguillar, 1963.
- DIAS, J. Sebastião da Silva. *A política cultural da época de D. João III*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 1969, 2 vols..
- Ditos Portugueses Dignos de Memória* (autor desconhecido). História íntima do século XVI, anotada e comentada por José Hermano Saraiva. Lisboa, Europa-América, 2ª ed., s.d..
- RAMALHO, A. da Costa. Dois epigramas latinos de António de Cabedo. *Separata do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*. Número especial. Estudos em homenagens aos Profs. Manuel Paulo Merêa e Guilherme Braga da Cruz. Coimbra, 1983.
- REBELO GONÇALVES. *Dissertações Camonianas*. São Paulo. Editora Nacional, 1937.
- REIS, Pe. António dos e MONTEIRO, Manuel. *Corpus illustrium poetarum lusitanorum qui latine scripserunt*, Lisbonae, Typis Regalibus Sylvianis, Regiaeque Academiae, 1745.
- RESENDE, André de. *De antiquitatibus lusitaniae*. Romae, apud Bernardum Basan, 1597.
- SARAIVA, António José. *Luís de Camões*. Lisboa, Europa-América [1959].
- SERRÃO, J. Veríssimo. *História de Portugal*. Lisboa, Verbo, 1978, vol. II e vol. III.
- TANNUS, Carlos António Kalil. *Um poeta latino do séc. XVI: António de Cabedo*. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, 1988, p. Tese de doutoramento, policopiada.